

Cartas, História e Linguagem.

Doutorando em História Social da Cultura pela
Universidade Federal de Minas Gerais.
Kleverson Teodoro de Lima.
e-mail: emulatio@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta considerações sobre o estudo da prática epistolar, reafirma a necessidade de se desconstruir a equivalência, presente no senso comum, entre o espaço de intimidade e a noção de transparência e contribui para a reflexão do historiador sobre os diferentes elementos que compõem a situação discursiva da produção do texto missivista.

Palavras-Chave: Cartas; epistolografia; História; Lingüística; performatividade.

ABSTRACT

This paper makes considerations about the study of epistolary practices and reasserts the need to deconstruct the common sense equivalence between space of intimacy and the notion of transparency. It also contributes to the historian's reflection on the various elements that constitute the discursive situation of the production of missive text.

Keywords: Letter; epistolography; History; Linguistics; Performativity.

Primeira década do século XX. Durante os momentos iniciais do dia 1º de março de 1908, Amália Góia começou a escrever a Armando Lemos.

Saue route. Indo, nadabu e Qua terto sa asdornsoceve! Fuz a q fuzamte!
Ebnedau e baujau e mul vezes. Obnigeco. Não ta amquadem de sis¹.

Três semanas depois, Armando endereçou uma carta para Amália, escrevendo-lhe do Distrito de Passagem, no município de Mariana, em Minas Gerais.

¹ Arquivo Histórico de Monsenhor Horta. Série Correspondências. Sub-série Correspondências pessoais. Amália Góia para Armando Lemos. s/l, 1/mar./1908, 1f, s/env. Adotamos as seguintes abreviaturas: s/l (local não identificado); s/d (data não identificada); e s/env (carta sem envelope). A professora do Departamento de Letras da UFOP Hebe Maria Rola Santos identificou a estrutura da linguagem utilizada por Amália e Armando ao perceber recorrências na inversão do posicionamento de algumas consoantes e vogais (como o s pelo m; o a pelo e; o u pelo i; o r pelo n) e a permanência na disposição de outras letras (como o t e o b). Assim Saue route, que abre a carta de Amália, transformou-se em "Meia noite". Segue a tradução do texto: "Meia noite. Armando, recebi a que tanto me encommodava! Fiz o que fizeste! Abracei e beijei mil vezes. Obrigado. Não te esqueças de mim Desejo é que seja mesmo feliz, e [] com e bem Deus? (Lima, 2008)."

Lianuce Sauxe. Desejara que tu estivesse junto a mim para saberes o meu sofrimento, p^a de instante em instante relatar-te o que passo. Era meu desejo escrever-te logo que aqui cheguei, mas parece-me que em compensação das pouquíssimas horas de prazer que passei contigo aumentarão-se as minhas obrigações. [...] **Is epenteco ebnedo [c'egiallam] mebam** (grifo nosso)?¹

Os códigos criptográficos criados por Amália e Armando, que permitiram a formação de palavras como “saue”, “lianuce” ou “ebnedo”, nos aproximam tanto das diferentes possibilidades de jogar com a linguagem (ao provocar a criação de novos termos) quanto dos desejos de que as ideias incorporem os acontecimentos e, com eles, realizem, na escrita, não apenas um efeito de realidade, mas a própria realidade, tragam-na viva, digam sobre o outro. Nesses códigos misturam-se a potencialidade criativa do uso da língua e a pretensão de que ela proporcione uma performance objetiva, revele o real.

Mas essa passagem do desejo à realidade, do pensamento à escrita, como indicam os estudos atuais sobre a autobiografia, se desenvolve dentro de um jogo complexo onde a relação “[...] não é da ordem do mimético ou da transparência (PESAVENTO, 2004)”, mas, sim, construída a partir de práticas conscientes ou não de representações, seleções, montagens e exposições (SÜSSEKIND, 1996; ARTIÈRE, 1998; LYONS, 1998; VENÂNCIO, 2000; SALOMON, 2002; MUZART, 2005;). Nesse sentido, esse artigo apresenta algumas considerações sobre o estudo da prática epistolar; reafirma a necessidade de se desconstruir a equivalência, presente no senso comum, entre o espaço de intimidade e a noção de transparência; e contribui para a reflexão do historiador sobre os diferentes elementos que compõem a situação discursiva da produção do texto missivista. Para exemplificar alguns pontos abordados no artigo, utilizarei um conjunto de cartas pessoais escritas nas duas primeiras décadas do século XX, que envolve parentes e amigos de duas famílias que viviam no antigo Distrito de São Caetano, município de Mariana, em

¹ Arquivo Histórico de Monsenhor Horta. Série Correspondências. Sub-série Correspondências pessoais. Armando Lemos para Amália Góia. Passagem, 28/março/1908, 1f, s/env. Nos textos trocados entre Armando e Amália são perceptíveis alguns desvios na estrutura programada e combinada para a escrita das missivas, como a substituição do u pelo s no final da palavra “baujau” [beijos], em geral o u é substituído pelo m. Possivelmente, isso se deve à pressa, desatenção ou a algum forte estado de emoção no ato da grafia, que parece ser o caso da carta de Amália Góia anteriormente citada. Devido a esses desvios não é possível decifrar todas as palavras inscritas em suas cartas. “Lianuce Sauxe” e “Is epenteco ebnedo [c'egiallam] mebam?”, presentes na carta de Armando, podem ser traduzidos como “Querida Meiga” e “Um apertado abraço daqueles, sabes?” (Lima, 2008).”

Minas Gerais. Entre esses missivistas encontram-se Amália e Armando acima citados.¹

Nas oficinas dos historiadores, os interesses pelos artefatos autobiográficos estão envolvidos pelas mudanças epistemológicas que inseriram novos problemas (como a importância da narrativa dentro do discurso histórico), novas correntes de investigação historiográfica (como o estudo das práticas de escrita e leitura) e novos campos temáticos (como as pesquisas sobre o cotidiano e a vida privada) (PESAVENTO, 2004; PRIORE, 1997; MATOS, 2002; CHARTIER, 1988; GOMES, 2004). Essas transformações passaram a perceber os espaços e os atos que constituem o mundo privado como derivados de historicidade e produtores de história, portanto, fornecedores de significativos elementos sobre a produção da esfera íntima e de suas articulações com a vida social.²

Em meio a esse novo *front* investigativo, os últimos dois séculos transformaram-se em faixas temporais privilegiadas, apesar de não exclusivas, para a observação das complexidades presentes nas construções física e simbólica dos espaços público e privado. Nesses séculos acentuaram-se: a separação entre os espaços de "produção das condições materiais de vida, daqueles de reprodução da existência"; a escala industrial de produção dos objetos e, em especial, dos objetos de identificação, como os espelhos, a fotografia e o cinema; a necessidade do indivíduo comprovar-se (e colecionar-se) ante aos crescentes desejos de disciplina e controle da injunção social; a discussão, produção e intervenção de novos

¹ O Arquivo Histórico de Monsenhor Horta encontra-se nas dependências do Instituto de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Ouro Preto, em Mariana. Em 1999 o autor desse artigo encontrava-se entre os membros da equipe responsável pelo início dos trabalhos de higienização e organização desse acervo. Utilizei parte das cartas privadas como base de estudo da minha monografia "São Caetano: cartas íntimas no início do século XX", elaborada em 2003 na Universidade Federal de Ouro Preto, e da minha dissertação "Práticas missivistas íntimas no início do século XX", defendida em 2007 na Universidade Federal de Minas Gerais. Duas informações: entre as 103 cartas privadas pertencentes ao arquivo 60 (ou 58,2%) foram produzidas nas duas primeiras décadas do século XX, o que acabou gerando o corte temporal da investigação; nos trechos de cartas apresentados nesse artigo respeitamos a grafia e a estrutura dos textos utilizados pelos seus autores, bem como abreviamos ou substituímos os nomes reais por nomes-fantasia.

² Alguns trabalhos apresentados no II CIPA - Congresso Internacional sobre Pesquisa (Auto)biográfica - demonstram a diversidade do assunto, abrangendo áreas de conhecimento como a Educação, História e Psicologia: "Memória e narrativa em Clarice Lispector", Fani Miranda Tabak (UESB); "Os Arquivos pessoais da cantora e compositora Maysa, a construção de uma (auto)biografia, um mito", Valentina da Silva Nunes (UFSC); "Entornos urbanos, subjetividades e cidadania juvenil", Martha Cecilia Herrera, Vladimir Olaya Gualterros e Diego Alejandro Muñoz Gaviaria (UPN - Colômbia); Informações disponíveis no site: <http://www.2cipa.uneb.br/>. Acesso em 04/09/2006.

modelos urbanos; os conflitos entre as idéias políticas e jurídicas sobre o lugar do sujeito no meio social; a ampliação da alfabetização; entre outros (PRIORE, 1997; ARTIÈRES, 1998). Segundo Ângela de Castro Gomes (2004), o estudo das cartas pessoais e de outros artefatos autobiográficos, produzidos nos últimos dois séculos, nos aproxima das tentativas de coexistência entre as concepções de “igualdade” e “liberdade” que perfazem as novas idéias sobre o “sujeito”:

De um lado, a necessidade de uma eqüidade moral e política constrói a idéia de indivíduo “abstrato” e sujeito do contrato social, alvo imediato de críticas tanto do pensamento conservador (para o qual há desigualdade), quanto do socialista (para o qual essa igualdade é ficção). De outro, o princípio da liberdade, também fundamental ao referido contrato, guarda a idéia de indivíduo singular, ao mesmo tempo único em relação a todos os demais e múltiplo no que diz respeito a seus papéis sociais e possibilidades de realização pessoal.

O indivíduo que postula uma “identidade para si”, uma imagem social coerente, é o mesmo que se exprime em “identidades parciais e nem sempre harmônicas” mediante as circunstâncias e a presença do outro. No rastro dessas construções e necessidades:

A correspondência pessoal, assim como outras formas de escrita de si, expande-se *pari passu* ao processo de privatização da sociedade ocidental, com a afirmação do valor do indivíduo e a construção de novos códigos de relações sociais de intimidade (GOMES, 2004).

Percepção reforçada por Contardo Calligaris (1998):

Ora, se para o sujeito moderno falar de si responde à necessidade cultural imperiosa de reconstruir ao mundo e a si mesmo no silêncio deixado pelo ocaso da sociedade tradicional, a série de fórmulas de seus atos autobiográficos deve nos informar de maneira privilegiada sobre seu devir, sobre os caminhos pelos quais ele constituiu [...]. Nesse sentido, uma história da subjetividade moderna é impensável sem o auxílio dos atos autobiográficos.

Em nosso país, a incipiente epistolografia não parece fruto de um desinteresse sobre o gênero epistolar, já que o mercado editorial vem alimentando o público com uma série de obras contendo coletâneas de cartas particulares de escritores, pintores, políticos e acadêmicos (MIRANDA, 1998; RILKE, 2001; AMARAL, 2001). Esse descompasso entre o interesse pela leitura de correspondências íntimas e a produção de análises sobre a prática missivista pessoal pode ser içado no texto de Zahidé Muzart (disponível em: www.rbleditora.com. Acesso em 10/08/2005):

Comecei o presente trabalho, pesquisando o que haveria, teoricamente, sobre cartas, correspondência. Descobri que a bibliografia teórica sobre a epistolografia é muito pequena. Deve-se procurar a teoria pelo viés das biografias, autobiografias, diários, memórias.

As discussões pertinentes ao ambiente epistolar, como reitera o excerto acima, encontram-se excessivamente coladas às teorias construídas para outros artefatos autobiográficos, como os diários e os livros de memórias. Essa observação, longe de ser excludente, indica que as pesquisas sobre as missivas ainda estão produzindo um campo singular e consistente de perguntas e apreensões. Enquanto diferentes artefatos culturais, os registros relacionados à dimensão autobiográfica, incluindo as cartas íntimas, apresentam distintos produtos, estilos, formas de consumo, funções sociais, interesses, finalidades, assuntos, circunstâncias e estrutura de composição. Com isso, formam um campo potencial e específico de trabalho para cada tipo documental. Em comum, os estudos sobre as práticas autobiográficas nos ensinam a pisar de uma forma mais cautelosa e crítica nos espaços íntimos dos atores sociais, ratificam a desconstrução do autor - enquanto entidade coerente e imanente -, do leitor - enquanto ser passivo- e, como desfecho, fragilizam a dimensão literal do texto (CORBIN, 1991; CALLIGARIS, 1998, ARTIÈRES, 1998; SIMILI, (disponível em www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/Rev_a11.htm. Acesso em 20/12/2005).

No Brasil, o crescimento e a aproximação entre as pesquisas realizadas sobre os missivistas de diferentes épocas poderão: ampliar o nosso conhecimento sobre os usos, as finalidades e as maneiras de construir esse tipo de escrita privada (rede de sociabilidade, padrões de correspondências, trânsito de valorações, pactos epistolares, observação de rituais, estratégias, formas de tratamentos); aumentar a nossa percepção sobre os trâmites (oficiais ou não) criados para a circulação das cartas e a diversificada produção de souvenirs para atender os gostos dos consumidores e o mercado epistolar; e contribuir para uma percepção mais apurada sobre as ressignificações do íntimo e as inscrições do eu (PRIORE, 1997; FURTADO, 1999).

No entanto é nítido que um impulso maior a esse nicho de investigação esbarra em dois pontos. Primeiro: o cultivo privado e sigiloso que envolve esse tipo de artefato cultural. Cartas avulsas ou acervos contendo um número expressivo de

missivas pertencentes a uma mesma pessoa (ou a uma mesma família) tendem a ser guardados, colecionados ou destruídos conforme os desejos dos seus proprietários. Raramente são doados. Segundo: a cobertura legal em torno desse tipo de documentação - efeito e preço dos embates realizados nos últimos séculos sobre as tentativas de demarcação das fronteiras entre as esferas pública e privada. No Brasil, esse tipo de acervo é juridicamente preservado pela Constituição, Código Penal e Direito Autoral. Segundo Eliane Vasconcelos (Disponível em: www.rbleditora.com. Acesso:10/08/2005):

Do ponto de vista jurídico, o signatário detém o direito autoral da carta: o destinatário possui o direito material, ou seja, ele é dono do suporte, normalmente o papel, onde a carta foi escrita, e os dois são protegidos pelo direito à intimidade assim também como aqueles que são mencionados no texto em questão. O arquivo (público) apenas guarda a documentação. Por esta razão ele não pode autorizar a publicação de seu material, no que diz respeito aos dois direitos mencionados: o autoral e o da intimidade.

O que requer do pesquisador a necessidade de manter-se informado sobre a legislação vigente e os “procedimentos que deve cumprir para ter seu trabalho publicado sem problemas legais”. Aos poucos, o interesse pelas análises das práticas missivistas íntimas contribui para a (re)oxigenação da história social da cultura, a auxilia em suas investigações sobre a construção do privado e das tessituras do *self* com o social. Como os historiadores ainda estão se habituando ao trato com esse tipo de fonte, o diálogo com outras áreas do conhecimento torna-se necessário, fronteiro e enriquecedor. Envolvimento que permite ao historiador “vôos por outros territórios”, armando-o “de novos conceitos, armazenando também novos conteúdos, de acordo com a serventia que terão para resolver as suas perguntas” (PESAVENTO, 2004). Esse envolvimento não deve perder de vista que a sua questão é elaborada a partir do campo da História.

Em relação à minha ótica, gostaria de evidenciar a importância de dois conceitos que ajudaram a minimizar a minha insegurança inicial ante ao trabalho com a prática epistolar privada: as noções de “performatividade” e de “expectativa de significação”. O primeiro conceito, identifiquei nos estudos de Roger Chartier sobre os protocolos de leitura (dispositivos textuais inseridos no processo de produção dos livros). O segundo, identifiquei no trabalho de Patrick Charaudeau sobre a “encenação do ato de linguagem”, onde o autor realça as finalidades, as identidades dos parceiros e os meios utilizados para produzir a informação e a

interação entre os sujeitos em uma determinada situação social. Ambos reforçam o questionamento das ideias reproduzidas no senso comum sobre o ar espontâneo e imanente dos textos fabricados nos espaços íntimos. Ao longo do texto, à medida que apresentar os conceitos, os adaptarei ao meu campo de estudo: as práticas missivistas.

O peso do Outro.

Tomando como referência as obras escritas ou organizadas por Roger Chartier, como “A história Cultural: entre práticas e representações”, “Práticas da Leitura” e “Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação”, é possível identificar alguns avanços relacionados à observação dos diferentes elementos intra e extratextuais que envolvem a produção dos textos, entre eles, a importância dos protocolos de leitura (CHARTIER, 1988; 2009; 2003).¹

Pensando a partir da realidade da produção dos livros, Chartier define os protocolos de leitura como dispositivos textuais adicionados pelo autor e pelas intervenções gráficas realizadas durante o processo de revisão, edição e impressão. Como o objetivo desses protocolos é direcionar a interpretação do leitor, eles acabam evidenciando uma “representação que [o autor e o editor] têm das competências de leitura” daqueles a quem destinam a obra; criam, portanto, uma certa expectativa de performance (interpretar conforme se sugere) (Chartier, 2003).² Os protocolos de leitura acrescentados pelo autor podem ser identificados no título, prefácio, dedicatória ou mensagens direcionadas aos leitores ao longo do livro. Quanto aos editores, as intervenções dos protocolos de leitura podem ser encontradas no aumento dos parágrafos, na abreviação ou supressão de certas passagens e na modernização da ortografia, “o que parece indicar que, pelo menos

¹ Segundo Márcia Abreu, na corrente historiográfica, atenta à análise das práticas de escrita e leitura, propõe-se “[...] uma história da leitura que seja uma história dos **diferentes modos de apropriação do escrito no tempo e no espaço – seja ele físico ou social** – tornando-se por referência a ideia de que a leitura é uma prática criativa e inventiva (o sentido desejado pelo autor não se inscreve de maneira direta no leitor) resultante do encontro das maneiras de ler e dos protocolos de leitura inscritos no texto (grifo nosso) (apud. Chartier, 2003).”

² A máxima “autores escrevem textos, editores produzem livros”, comum entre os pesquisadores das práticas de escrita e leitura, nos serve para lembrar que os protocolos criados pelo autor antecedem aos do editor. Quando estão separados por espaços ou tempos distintos (como no caso dos livros da Antiguidade Clássica) as intervenções protocolares encontram um campo maior de liberdade de ação.

em relação a tais leitores, a articulação dos conteúdos nem sempre tem o primeiro papel no interesse prático da leitura (PÉCORA, 2009).” Nesse sentido, os protocolos transformam-se em interessantes “pistas” sobre as interpretações que o autor e o editor elaboram sobre os seus leitores.

O prólogo da quarta edição de “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, escrito por Machado de Assis, é um exemplo desse tipo de dispositivo textual:

O que faz do meu Brás Cubas um autor particular é o que êle chama ‘rabugens de pessimismo.’ Há na alma dêste livro, por mais risonho que pareça, um sentimento amargo e áspero, que está longe de vir dos seus modelos. É taça que pode ter lavôres de igual escola, mas leva outro vinho. Não digo mais para não entrar na crítica de um defunto, que se pintou a si e a outros, conforme lhe pareceu melhor e mais certo (ASSIS, 1970).

Machado, antes que o leitor entre em contato com o texto do romance, tenta prepará-lo, o induz a identificar o sentimento pessimista que encontra-se subjacente aos capítulos, inclusive nas situações irônicas narradas no livro. Comparando esse prólogo ao texto intitulado “Ao leitor”, também presente nas primeiras páginas dessa obra, percebe-se que Brás Cubas (o “defunto autor”, como se define o produtor imaginário da obra), alfineta essa estratégia. Reconhecendo o teor sugestivo (e pedagógico) das informações dispostas nos prefácios, ele diz: “O melhor prólogo é o que contém menos cousas, ou o que as diz de um jeito obscuro e truncado (ASSIS, 1970).” Coisas machadianas: o autor defunto (Brás Cubas) critica Machado (o autor real).

No campo das cartas íntimas, nicho principal desse artigo, é possível identificar a presença dos protocolos de leitura em textos intercambiados, por exemplo, entre pares (dois escritores que dialogam sobre um livro) ou entre negociantes (um pintor e um comprador de sua obra).¹ Nas correspondências dos sujeitos qualificados como “comuns” esses protocolos podem ser identificados, por exemplo, nas referências a uma certa maneira de se ler trechos de uma correspondência enviada anteriormente, como nesse fragmento disposto abaixo onde a intenção do autor é reafirmar o seu comportamento de obediência aos pais.

¹ Ver o artigo “Ler um quadro – uma carta de Poussin em 1639”, escrito por Louis Marin, onde Poussin (o pintor) envia, além de um quadro, uma carta a Chantelou (que lhe encomendou uma tela) explicando a cena disposta na pintura (ângulos, personagens e significados) (Marin, 2009). A carta, ao servir como um guia de informações sobre a imagem, busca transmitir ao comprador uma forma de olhar e interpretar a obra.

Peço-vos pois scientificar-me se recebeo [a última carta] nem só que é (sic) a maior tranqüilidade que tenho [é] em receber notícias nossas, como também assim saber **se o meo Papae conforma-se com os meos diseres**, e nada resolvo sem a opinião vossa e da mameae, **pois não quero faser aquillo que vos não se conformar**, quero sempre entrar em acordo com os meos Paes apesar de estar pelos lados estranhos [...] (grifo nosso).¹

O protocolo de leitura, seja no livro ou em uma carta, pode ser definido como um dispositivo posicionado dentro de uma certa estratégia discursiva; ao expressar um desejo de performatividade a sua presença ajuda a desconstruir a aura espontânea e “essencialista” que ronda os textos fabricados nos espaços íntimos, já que evidencia **o cálculo**. Como afirma Michel Perrot (apud. SALOMON, 2002):

As correspondências familiares e a literatura ‘pessoal’ (diários íntimos, autobiografias, memórias), embora sejam testemunhos insubstituíveis, nem por isso constituem os documentos ‘verdadeiros’ do privado [...]. **Não há nada menos espontâneo do que uma carta, nada menos transparente do que uma autobiografia, feita para ocultar tanto quanto para revelar** (grifo nosso). Mas essas sutis manipulações do esconder/mostrar nos levam, pelo menos, à entrada da fortaleza.

Acredito que para compreender o papel das estratégias e das “sutis manipulações do esconder/mostrar” num texto missivista é preciso perceber a correspondência como um produto gerado dentro de uma “encenação do ato de linguagem”.² Para Patrick Charaudeau (2001), o ato de linguagem (oral ou escrito) é realizado por sujeitos “que são testemunhas, mais ou menos conscientes, das práticas sociais e das representações imaginárias da comunidade a qual pertencem [...]”. Ele pode envolver **dois ou mais sujeitos** como, por exemplo, no intercâmbio de uma carta (remetente e destinatário) ou numa reunião de vários operários. A encenação do ato de linguagem (o termo tem um sentido teatral) nos permite pensar os componentes, as estratégias e as “expectativas de significação” (interpretar conforme se sugere) criados durante a produção de um texto oral ou

¹ Arquivo Histórico de Monsenhor Horta. Série Correspondências. Sub-série Correspondências pessoais. Demóstenes Felinto para Álvaro M. Felinto. Belo Horizonte, 20/nov./1911, 2f, com envelope.

² A lingüística, desde a década de 1960, vem tentando responder a questões alimentadas pelos interesses de outras áreas do conhecimento, como a antropologia, a sociologia e a psicologia social, sobre as condições de produção, a dimensão psicossocial e as expectativas produzidas no ato de linguagem. A partir desse período, a lingüística passou a ser estimulada (pressionada) a levar em consideração não apenas a “frase”, mas o texto e o contexto em suas análises.

escrito. Essa encenação, segundo Charaudeau, estrutura-se a partir de dois ambientes interconectados: o “espaço do dizer” e o “espaço do fazer social”.

O espaço do dizer é formado pela **fala** (oral ou escrita), onde são lançadas as expectativas sobre a possibilidade de realização de algo (de um tipo de leitura) e de convencimento do outro. No entanto, o espaço do dizer é apenas parte de um perímetro maior, o do fazer social. Num grupo de correspondências trocadas entre dois parentes, por exemplo, o que um diz ao outro deve ser visto somente como parte da “encenação do ato de linguagem”, já que as interpretações que ambos elaboram não se encontram necessariamente representadas nas falas: em geral elas são recalçadas (consciente ou inconscientemente) pelos cálculos e escolhas que acabam filtrando os seus textos (*o que dizer?, como dizer?, como ele vai reagir?*). Para Charaudeau, em toda encenação do ato de linguagem existe uma “relação contratual” formada basicamente por três componentes:

- o **psicossocial**, “concebido em termos dos estatutos que os parceiros são suscetíveis de reconhecer um no outro: idade, sexo, categoria sócio-profissional, posição hierárquica, relação de parentesco etc”;
- o **comunicacional**, que configura o “quadro físico da situação interacional: os parceiros estão presentes [em um mesmo ambiente]? [...] Que canal – oral ou gráfico – é por eles utilizado? [...]”;
- o **intencional**, conhecimento a priori que cada um dos parceiros possui (ou constrói para si mesmo) sobre o outro, de forma imaginária, fazendo apelo a saberes supostamente partilhados [...]”.

A interação entre os sujeitos pressupõe duas questões contidas no componente intencional acima definido: “o que está sendo colocado em questão, com qual intenção de informação?” e “De que maneira isso está sendo veiculado, ou, qual será a intenção estratégica de manipulação (de convencimento)? (CHARAUDEAU, 2001)”.

No campo das cartas, a “relação contratual” nos permite pensar, por exemplo, as contradições apresentadas nos textos de um determinado missivista. Como um mesmo sujeito contém diferentes perfis identitários (ele pode ser ao mesmo tempo pai, comerciante, político, filho, amante, maçom), o peso do destinatário (do interlocutor) pode levá-lo a se expressar de maneira diferente

conforme a circunstância (algo que é afirmado a um amigo, pode ser desmentido a um parente, por exemplo). Os trechos dispostos abaixo, extraídos de cartas trocadas entre dois amigos, nos parece impensáveis nas correspondências que um ou outro poderia por ventura encaminhar aos seus respectivos pais.

Mudamos, agora vou sauber dos amigos. Como vai o nosso B. já cortou o bruto penachu que tem no cu e o J. o que tem feito, elle o nosso vizinho do Phillograma vai bem nao e? Já soube que são entiereçado na firma Taqual, [...].¹

Amigo José Lino, passo-te essas epístolas linhas para sabêr as tuas boas notícias, que as minhas até me acanho em dar-te, pôrque sou um desordeiro rancador de cabaço como dizem estes filhos das puta,[...].²

Como os elementos que constroem as relações contratuais modificam-se conforme o interlocutor (estou falando com o meu amigo ou com a minha mãe?), o desafio colocado para o remetente (pensando o campo das cartas) é o de manter uma linha coerente de princípios de pensamento. Quanto mais contraditório, mais as “expectativas de significação” sobre um determinado assunto são distintas já que pressupõem o uso de diferentes cálculos e estratégias.

Charaudeau utiliza a imagem do “jogo” para exemplificar o “campo situacional da conversação”, onde a performance desejada almeja o convencimento (interpretar como se sugere). A carta, por ser um canal de comunicação que implica uma distância física entre os sujeitos envolvidos e por tentar representar um pequeno encontro (uma breve supressão dessa distância), é um exemplo singular da vontade de persuasão presente no jogo discursivo. Outros componentes nos ajudam a pensar a situação discursiva da produção dos textos missivistas e, como consequência, nos aproximam das estratégias discursivas e das possíveis “expectativas de significação”: o tempo (a época em que o texto foi escrito); os espaços (de onde se escreve?, para onde se escreve?); os suportes (que tipo de envelope e papel de carta foram escolhidos para a interação? Comuns? Especiais? Contém marcas, como o nome do autor em alto-relevo ou impresso, que permitem observar a vontade de diferenciação e individuação?); os estatutos que os sujeitos projetam um sobre o outro (tratam-se de parentes, amigos,

¹ AHMH. Série Correspondências. Sub-série Correspondências pessoais. José Lino para Lindolfo Lemos, Passagem de Mariana, 02/jun/1916, 2f, com envelope.

² AHMH. Série Correspondências. Sub-série Correspondências pessoais. Lindolfo Lemos para José Lino, São Caetano, 25/fev/1917, 1f, rascunho.

profissionais, conhecidos, adversários, amantes?); os rituais a serem cumpridos (os acordos tácitos, como o compromisso de escrever dentro de uma determinada frequência); o(s) assunto(s) abordado(s) (o remetente aborda um ou vários temas); as formas de tratamento estabelecidas (formais ou informais); o trâmite (foi transportada através do meio oficial ou de um portador informal); e o próprio gênero textual (composto como uma espécie de pequeno encontro, onde temos respectivamente as áreas de saudações, assunto(s) e despedida). A observação desses componentes (é possível que o leitor desse artigo elenque outros) é fundamental para que o historiador faça uma reflexão sobre as “regras” que permitem aparecer determinados enunciados (e não outros) no texto de uma carta (o que pode ser dito?, o que deve ser evitado?, quais são os limites?).

A construção dessas regras - que buscam direcionar o olhar do destinatário - demonstra que a performatividade “não é um fenômeno da língua, mas, sim, um fenômeno que diz respeito à encenação do ato de linguagem” (Charaudeau, 2001). A performatividade depende da situação comunicacional e a sua apreensão pode ser ilusória se for tomado como referência apenas o texto oral ou escrito. Enfim, ao aproximarmos dos espaços de intimidade de um ator social, em vez de entrarmos num caminho que nos guia à sua “essência” encontramos um outro espaço complexo e de equilíbrio instável: o da construção de si.

Finalizando, entre as expectativas de recepção e as recepções dos leitores existe uma distinção, já que a significação de um texto varia conforme as apropriações, as competências de leitura e as convenções disseminadas no texto (CHARTIER, 2003). Por mais que o autor se esforce, o texto (tirei o “oral ou escrito” pq isso já ta claro, foi dito anteriormente) não reina sobre as interpretações, ele apenas inicia um ritual de ressignificações.

Considerações finais.

Nesse artigo enfatizamos que o contraponto entre o interesse pela leitura de documentos autobiográficos, como as cartas íntimas, e a produção de pesquisas sobre a prática missivista demonstra o estágio promissor, mas ainda incipiente da epistolografia em nosso país. Essa é a realidade inicial que se abre aos

investigadores que tentam problematizar a partir de tais fontes. Somam-se às dificuldades de contar com um pequeno arcabouço teórico, os limites técnicos referentes a observação das situações e condições de produção das cartas: primeiro, a impossibilidade de equivalência simétrica entre linguagem e realidade; segundo, o fato do texto oral ou escrito não apresentar todos os elementos que compõem o conjunto da encenação do ato de linguagem, ele é apenas parte. Portanto, longe de nos encaminhar aos espaços de revelação do ser, como pensavam os clássicos ou os românticos, os registros autobiográficos nos aproximam da percepção de que o *self* se constrói a partir de processos de seleção, montagem e exposição, além da leitura feita pelo outro. A carta íntima, não esqueçamos, é também um produto!

FONTES PRIMÁRIAS.

Arquivo Histórico de Monsenhor Horta. Série Correspondências. Sub-série Correspondências pessoais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. Trad. Dora Rocha. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p. 9-34, 1998.

ASSIS, Machado de. Memórias póstumas de Brás Cubas. 4ª edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1970. 179p.

BENJAMIN, Walter. Questões introdutórias de crítica do conhecimento. In: Origem do drama barroco alemão. Trad. Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.49-79.

BURKE, Peter. História cultural: passado, presente e futuro: In: O mundo como teatro: estudos da antropologia histórica. Lisboa: Difel, 1992. p.15-25.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. Estudos Históricos, v.11, n.21, p.43-58, 1998.

CARVALHO, José Murilo. O historiador às vésperas do terceiro milênio. *Phoenix*, n.3. Rio de Janeiro, 1997. P.9-22.

CERTEAU, Michel. Foucault e Bourdieu. In: *A invenção do cotidiano*. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. p.111-129.

CHARTIER, Roger (org.) Práticas da leitura. Tradução Cristiane Nascimento. 4ª edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.266p.

_____. A História Cultural entre práticas e representações. Trad. de Maria Manuel Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.

_____. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.7, nº13, 1994. p.97-113.

_____. Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Trad. Maria de Lourdes Meirelles Matencio – Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB). 2003.

- CHAURAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos Sujeitos da Linguagem. In: Análise do discurso: fundamentos e práticas. Hugo Mari [et al]. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001. p.23-38.
- CORBIN, Alain. O segredo do indivíduo. In: História da Vida Privada, vol. 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra, direção de Michelle Perrot. Trad. Bernardo Joffily, partes 3 e 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.419-501.
- FOUCAULT, Michel. A prosa do mundo. In: *As palavras e as coisas*. Trad. Selma Jannus Michail, 8 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999. p.23-62.
- _____. Representar. In: p. *As palavras e as coisas*. Trad. Selma Jannus Michail, 8 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999. 63-106.
- FURTADO, Júnia. Homens de Negócio. A interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro:FGV. 2004. 380p.
- LIMA, Kleverson T. de. Up to date: práticas de um missivista no início do século XX. In: Campo e cidade na modernidade brasileira – literatura, vilas operárias, cultura alimentar, futebol, correspondência privada e cultura visual. Belo Horizonte: Argumentum, 2008. p.157-190.
- LYONS, Martym. Práticas de leitura, práticas de escritura: cartas de amor e escritas íntimas – França e Austrália, século XIX. Juiz de Fora, Locus: Revista de História, v.4, n.2, 1998. p.55-67.
- MALERBA, Jurandir. Para uma teoria simbólica: conexões entre Elias e Bourdieu. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs.). Representações – contribuição a um debate transdisciplinar. São Paulo: Papirus, 2000. p.199-224.
- MARIN, Louis. Ler um quadro – uma carta de Poussin em 1639. In: Práticas da leitura. Roger Chartier (org.). Tradução Cristiane Nascimento. 4ª edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p.117-140.
- MATOS, Maria Izilda S. dos. Cotidiano e cidade. In: Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho. São Paulo: EDUSC, 2002.p.13-43.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Cartas muito íntimas – Escrúpulos de herdeira. Revista Brasil de Literatura. Disponível em: www.rbleditora.com. Acesso em 10/08/2005.
- ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu: Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática. 1983.

- PÉCORA, Alcir. O campo das práticas de leitura, segundo Chartier. In: Práticas da leitura. Roger Chartier (org.). Tradução Cristiane Nascimento. 4ª edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p.9-17.
- PERROT, Michel (org.). Introdução. In: História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Grande Guerra. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História Cultural. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 132p.
- PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. In: Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (org.). Rio de Janeiro:Campus, 1997.p.259-274.
- _____. Ritos da vida privada In: História da vida privada no Brasil I: cotidiano e vida privada na América portuguesa, São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- SALOMON, Marlon. As correspondências: uma história das cartas e das práticas de escrita no Vale do Itajaí. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002. 103p.
- STENGERS, Isabelle. Explorando. In: A invenção das ciências modernas. São Paulo: Ed. 34. 2002. p.11-69.
- SÜSSEKIND, Flora. Cabral.Bandeira.Drummond: alguma correspondência. In: Papéis Avulsos. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1996. p.5-28.
- SIMILI, Ivana G. Uma questão de memória: as confissões de uma prostituta para um diário íntimo. Revista Diálogos, v.1. Disponível em www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/Rev_a11.htm. Acesso em 20/12/2005.
- VASCONCELOS, Eliane. Carta missiva. Revista Brasil de Literatura. Disponível em:www.rbleditora.com. Acesso:10/08/2005.
- VENÂNCIO, Giselle Martins. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Viana. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº28, 2001.
- ZILBERMAN, Regina. Estética da recepção e historia da literatura. São Paulo: 1989. 124p.